

Bernardo Mello Franco

Mil dias de tormenta

A crise que derrubou Dilma
e deixou Temer por um fio



Explicação

A ideia deste livro surgiu em 18 de maio de 2017. Foi um dia eletrizante. O Brasil estava de olho em Brasília, à espera de um pronunciamento do presidente da República.

Eu acompanhava a escalada da crise no Palácio do Planalto. No terceiro andar, Michel Temer consultava aliados para decidir o que fazer. No térreo, dezenas de jornalistas tentavam apurar o resultado das conversas. Afinal, o presidente iria renunciar?

A pergunta estava no ar desde a noite anterior, quando o país soube que Temer havia sido gravado por um empresário na mira da polícia. De acordo com a Procuradoria-Geral da República, os dois tratavam da compra do silêncio de um preso que ameaçava implodir o governo.

O homem-bomba era Eduardo Cunha, que comandou o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Apesar da antiga fama de corrupto, o deputado ajudou Temer a se sentar na cadeira de presidente. Tempos depois, ele reaparecia na trama com a possibilidade de derrubá-lo.

Para entender como isso aconteceu, é preciso voltar a outubro de 2014, quando Dilma venceu a eleição mais acirrada desde o fim da ditadura militar. Ela ganhou o duelo com o tucano Aécio Neves, mas teve pouco tempo para festejar.

Em novembro, manifestantes já começavam a sair às ruas de verde e amarelo. Defendiam a anulação do resultado das urnas ou o impeachment

da presidente. Dava no mesmo: o importante era destronar o PT, que havia acabado de vencer a quarta eleição seguida.

Os protestos cresceram e se multiplicaram até asfixiar o governo. Foram engrossados pela degradação das contas públicas, causada por uma sucessão de erros da equipe de Dilma, e pelo avanço da Operação Lava Jato, que investigava um gigantesco esquema de corrupção na Petrobras.

Mais tarde, o ministro Jaques Wagner admitiria que o PT “se lambuzou”. Quando o banquete acabou, o partido foi abandonado por aliados que se sujaram no mesmo pote, como o PMDB de Temer.

A conspiração que derrubou Dilma foi arquitetada na residência oficial de seu vice. Ele se aliou a Cunha e Aécio, que temiam ser os próximos alvos da investigação.

Em busca de apoio parlamentar, os articuladores do impeachment acenaram com proteção para a elite política ameaçada. A estratégia seria resumida pelo senador Romero Jucá, um peemedebista conhecido pelo instinto de sobrevivência.

“Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria”, disse Jucá, numa conversa gravada sem o seu conhecimento. “É um acordo. Botar o Michel num grande acordo nacional”, concordou o ex-senador Sérgio Machado, que registrou o diálogo e entregou a gravação à Polícia Federal.

O Congresso afastou Dilma sob a acusação de que ela teria cometido crime de responsabilidade ao autorizar as “pedaladas fiscais” — uma maquiagem contábil que poucos parlamentares chegaram a entender.

Foi uma justificativa frágil, mas é preciso dizer que a presidente colaborou para a própria queda ao cometer erros primários na condução da economia e da política.

Negociadores habilidosos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva também enfrentaram crises e escândalos graúdos. No entanto, nunca perderam o controle do Congresso. A inexperiência fez Dilma pagar um preço alto quando precisou do apoio de deputados e senadores para salvar o mandato.

A esperteza que faltou à presidente sempre sobrou ao seu vice. Mestre nos acordos de bastidores, ele transformou o processo de impeachment numa espécie de eleição indireta para a Presidência. Anotou pedidos, assumiu compromissos e chegou a apresentar um programa de governo, batizado de

“Ponte para o Futuro”. Se não convenceu o povo, conseguiu a adesão da maioria parlamentar, do empresariado e do mercado financeiro.

Fernando Henrique também abraçou o impeachment, mas tentou manter distância de Temer. O tucano definiu o novo governo como uma “pinguela” — uma ponte tosca e precária, segundo ensinam os dicionários. No dia em que o presidente marcou o pronunciamento e a Objetiva propôs a edição deste livro, a travessia parecia estar prestes a ruir.

Acompanhei a crise de perto como titular da coluna Brasília, publicada na página 2 da *Folha de S.Paulo*. Devo a oportunidade a Otavio Frias Filho e Sérgio Dávila. Desde que assumi o espaço, o jornal me deu liberdade absoluta para informar, analisar e opinar. Eventuais erros e omissões só podem ser debitados na minha conta.

Este livro reúne textos publicados a partir de 1º de janeiro de 2015, quando Dilma tomou posse pela segunda vez. A seleção termina em 26 de outubro de 2017, um dia depois de a Câmara arquivar a segunda denúncia criminal contra Temer.

Nas próximas páginas, o leitor encontrará um resumo desses mil dias de crise — para ser mais preciso, 1025. As colunas foram escritas no calor dos acontecimentos, sob a pressão do relógio. Não tive a pretensão de fazer um rascunho instantâneo da história, mas espero que a seleção ajude o leitor a entender como chegamos até aqui.

Os textos estão reproduzidos em ordem cronológica. Não mexi em seu conteúdo. Só acrescentei notas explicativas e uma pequena introdução antes de cada capítulo.

Embora seja um ofício solitário, o colunismo depende de muitos colaboradores — das fontes dispostas a revelar segredos aos colegas que ajudam a tirar dúvidas e confirmar informações. Seria impossível expressar minha gratidão a todos.

Não foi só a política brasileira que entrou em convulsão nos últimos anos. A imprensa também viveu tempos agitados, com mudanças nos hábitos de leitura e nas fontes de financiamento do jornalismo.

Na era da comunicação instantânea, passou a ser tentador escrever em busca do clique fácil e do compartilhamento imediato nas redes sociais. Em geral, a internet prefere o panfleto à análise apartidária. Estimula o “opinionismo” engajado, não a crítica independente.

Tentei escapar dessas armadilhas e do clima de Fla × Flu que dominou o debate brasileiro nos últimos três anos. Devo um agradecimento especial aos leitores que dedicaram seu precioso tempo à coluna, mesmo quando discordaram dos pontos de vista do autor.

1. O começo do fim

Foi por pouco. Em 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff se reelegeu presidente com 51,6% dos votos válidos. Ela ganhou a eleição mais acirrada desde a redemocratização do país, mas teve pouco tempo para comemorar.

Ao iniciar o segundo mandato, em janeiro, Dilma já parecia encurralada. O avanço da Operação Lava Jato, que revelou um gigantesco esquema de corrupção na Petrobras, fragilizou seu partido e derrubou seus índices de popularidade.

A economia também saía dos trilhos. A inflação e o desemprego voltavam a aumentar, turbinando a insatisfação popular. O governo ensaiou um ajuste, mas não conseguiu apoio para aprovar seus principais pontos no Congresso.

Em março de 2016, o “Fora, Dilma!” ganhou as ruas, e os pronunciamentos da presidente na televisão passaram a ser abafados pelo som de vaias e pane-las. No dia 13, uma onda de protestos reuniu mais de 1 milhão de pessoas em 152 municípios. O Datafolha contou 210 mil manifestantes na avenida Paulista, a maioria de verde e amarelo.

Para completar a tempestade perfeita, o governo passou a ter um inimigo no comando da Câmara: o deputado Eduardo Cunha. Aliado do vice-presidente Michel Temer, ele se juntaria à oposição em nome de um objetivo comum: tirar Dilma do poder.

01/01/2015

Feliz ano velho

O que esperar de um governo novo que já nasce velho? A pergunta ronda toda reeleição, mas promete ser ainda mais implacável com Dilma Rousseff. A presidente começa hoje o segundo mandato em clima de ressaca, com a economia estagnada e sua base política enredada no escândalo da Petrobras. Nem os áulicos mais otimistas conseguem prever tempos melhores em 2015.

Há quatro anos, Dilma subiu a rampa do Planalto embalada por uma votação consagradora. O país crescia em ritmo chinês e fazia história ao escolher a primeira mulher para governá-lo. Agora a presidente não é mais novidade, e a vitória apertada nas urnas indica que seus créditos podem se esgotar rápido.

Ao discursar em sua segunda posse, em 1999, Fernando Henrique Cardoso afirmou que não havia sido eleito para ser o “gerente da crise”. A ficção da força do real se desfez em apenas duas semanas, e o tucano foi perseguido pela impopularidade até entregar a faixa a Lula.

E Dilma, o que dirá hoje? Ressuscitará o “pacto contra a corrupção”, depois de convidar o filho de Jader Barbalho* para a Esplanada? Prometerá a

* Dilma entregou o Ministério dos Portos a Helder Barbalho, do PMDB.

reforma política, se não tem força nem para evitar que um desafeto assuma a presidência da Câmara? Acenará com a retomada do crescimento, enquanto sua equipe prepara novos cortes para fechar o rombo nas contas públicas?

O Ano-Novo virá repleto de armadilhas, do reajuste nas tarifas de ônibus, que pode reacender a chama dos protestos de rua, à denúncia dos políticos envolvidos no petrolão. Além de enfrentar as tormentas, a presidente terá que manter o apoio dos 51,6% que votaram nela. Para quem acreditou na promessa de “governo novo e ideias novas”, nada poderia ser mais frustrante que o ministério que toma posse hoje. A decepção tende a se agravar quando a turma der razão à máxima do Barão de Itararé: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”.

02/01/2015

O que Dilma não disse

Não se deve esperar muita autocrítica de um discurso de posse. É um momento de celebrar a própria vitória, dizer palavras bonitas e repetir promessas para o futuro. Mesmo assim, Dilma Rousseff poderia ter mantido os pés mais perto do chão em sua fala de ontem no Congresso. A presidente exagerou nos autoelogios e ficou devendo um diagnóstico realista sobre os motivos da crise que ronda seu governo.

Dilma falou do remédio, mas não explicou a doença. Admitiu que as contas públicas precisam de um “ajuste”, mas omitiu que o tranco só será necessário por causa das barbeiragens em sua primeira gestão. “Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal”, disse.

É difícil acreditar nisso quando se sabe que ela era a verdadeira responsável pela política que produziu déficits sucessivos nos últimos quatro anos. A situação se deteriorou tanto que agora a presidente se viu obrigada a entregar a Fazenda a um economista aliado à oposição.*

* Joaquim Levy, um liberal com doutorado pela Universidade de Chicago, assumiu o Ministério da Fazenda. Ao defender medidas como o corte de benefícios e o reajuste de tarifas, passou a ser torpedeado pelo PT.

Dilma recorreu ao malabarismo para defender o primeiro pacote de cortes, que tirará dinheiro dos trabalhadores para tapar o rombo no Tesouro. A redução de benefícios, que ela tanto criticava na campanha, virou mera “correção de distorções” e de “eventuais excessos”. Se os problemas eram tão simples, seria interessante saber por que seu partido levou doze anos para descobri-los.

Por fim, a presidente indicou que não conhece ou não quer reconhecer a extensão do esquema que pilhava os cofres da Petrobras. Tratou os desfalques milionários na estatal como obra de “alguns servidores que não souberam honrá-la”, como se o escândalo não envolvesse altos dirigentes da empresa e políticos dos maiores partidos que a apoiam.

Reconhecer os erros do primeiro mandato seria uma fórmula mais indicada para quem precisa tanto de confiança ao iniciar o segundo.

28/01/2015

O que falam sobre Eduardo

Favorito na disputa pela presidência da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) reservou um espaço em seu site para divulgar declarações de apoio. A seção, batizada de “O que falam sobre Eduardo”, é uma longa coletânea de louvações ao parlamentar.

“Eduardo Cunha representa o grande espírito do Parlamento”, diz o deputado Sandro Régis (DEM-BA). “É um líder nato, de inteligência e competência imensuráveis”, emenda Fábio Reis (PMDB-SE). “Ele é determinado e com vontade de vencer”, corrobora Elcione Barbalho (PMDB-PA). “É um homem sério, que consegue nos passar confiança”, exalta André Fufuca (PEN-MA).

Para quem não circula no Congresso, os elogios podem passar a imagem de que o peemedebista é uma unanimidade no meio político. Nada mais enganoso. Poucos parlamentares se envolveram em tantas brigas e polêmicas nos últimos anos.

A maioria dos críticos não questiona as ideias de Cunha, e sim suas credenciais éticas. Ele esteve próximo de escândalos desde o governo Collor, quando comandou a Telerj.

“Esse cara deve ser, entre mil picaretas, o picareta-mor”, disse na TV o ex-ministro Ciro Gomes (PROS-CE). “Onde há dinheiro para roubar, está o sr.

Eduardo Cunha”, afirmou na tribuna a deputada Cidinha Campos (PDT-RJ). “É o chantageador-geral da República”, definiu em entrevista a deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ). “Se for eleito, o mensalão será fichinha”, acrescentou ela.

“Tem pessoas que são boquirrotas”, diz Cunha sobre os ataques, sem comentá-los individualmente. Ele já moveu diversos processos contra Ciro, Cidinha e o ex-aliado Garotinho, pai da nova deputada. “A Clarissa eu ignoro”, menospreza. “Com o Ciro, não perco um minuto. Chegou, mando direto para o advogado.”

O ex-prefeito carioca Cesar Maia (DEM), que já chamou Cunha de “ladrão”, foi perdoado. “Fizemos um acordo na Justiça. Até votei nele para o Senado”, diz o peemedebista.

03/02/2015

Os anéis e os dedos

Quando Dilma Rousseff anunciou a escalação de seu novo ministério repleto de nulidades, os aliados mais diligentes se apressaram para defendê-la das críticas. O que parecia um insulto aos eleitores seria, na verdade, fruto de um sofisticado cálculo político.

Mais experiente, a presidente teria decidido nomear aliados incômodos para ampliar sua base no Congresso e assegurar sua governabilidade. A manobra garantiria sossego em um ano difícil, com os desdobramentos da crise econômica e do escândalo da Petrobras.

Dilma teria entregado os anéis para preservar os dedos, repetiam os sábios do palácio. O discurso foi desmoralizado no domingo com a eleição do novo presidente da Câmara, o peemedebista Eduardo Cunha.*

O resultado é mais que uma derrota humilhante do Planalto, que jogou pesado para tentar eleger o petista Arlindo Chinaglia. Também demonstra que o fisiologismo é um círculo vicioso: quanto mais o governo oferece em troca de apoio, mais os políticos fisiológicos cobram para continuar a apoiá-lo.

* O peemedebista venceu com 267 votos, quase o dobro dos 136 do candidato do governo. No dia seguinte, a manchete da *Folha de S.Paulo* resumia o significado da votação: “Câmara elege Cunha e derrota Dilma”.

Cunha foi eleito por uma massa de deputados que Dilma pensava ter saciado com a reforma ministerial. Os votos que garantiram sua vitória no primeiro turno saíram de siglas como o PP, dono do Ministério da Integração Nacional, e o PTB, premiado com o Desenvolvimento.

Até o PRB, que conseguiu emplacar o pastor George Hilton no Ministério do Esporte, reforçou a aliança que humilhou o governo. Os anéis já se foram. Agora Dilma deve se preparar para entregar os dedos.

“Vamos conversar amanhã.” “A gente vai encontrar uma saída para aquele problema.” “Você não vai ficar na mão, isso não é da nossa natureza.” Essas frases, cochichadas por Eduardo Cunha a aliados na porta das cabines de votação, indicam o estilo das negociações que dominarão a Câmara até 2017.

08/02/2015

O mensalão virou fichinha

Não é só no volume de dinheiro desviado que o assalto à Petrobras já se tornou maior que o mensalão. A nova pesquisa Datafolha mostra que seu impacto sobre a avaliação do governo também ultrapassa de longe o do escândalo de 2005.

Quando Lula vivia o pior momento, com seu principal ministro acusado de comprar apoio de políticos no Congresso, 29% dos brasileiros consideravam o governo ruim ou péssimo. Agora são 44% os que reprovam a administração de Dilma Rousseff.

A corrupção encostou na saúde como o problema que mais preocupa as pessoas. E o petrolão começou a contaminar a imagem da presidente, que passou a ser vista como “desonesta” por 47% dos entrevistados.

A indignação com os desvios se soma à apreensão com a economia. O medo do desemprego disparou, e quatro em cada cinco pessoas acreditam que a inflação vai subir mais. Na sexta-feira, o IBGE informou que a alta de preços em janeiro bateu um recorde de doze anos. O que está ruim deve piorar em breve, com o reajuste nas contas de luz.

Na campanha, o PT dizia que a comida sumiria da mesa das famílias se a oposição chegasse ao poder. As famílias reelegeram Dilma e agora reagem ao

se ver sob a mesma ameaça. Nem o tucano mais fanático poderia imaginar um quadro como o de hoje: a presidente se reelegeu e, depois de apenas três meses, seu governo parece se desmanchar.

A falta de água, o risco de apagão e um Congresso mais hostil do que nunca completam a equação explosiva. Não é à toa que a hipótese de um processo de impeachment passou a rondar as conversas em Brasília, embora ainda não haja provas de envolvimento da presidente no petrolão.

Em 2005, Lula se disse traído, jogou aliados ao mar e usou seu carisma único para reagir. A economia ajudou, e ele conseguiu se erguer da lona. Mergulhada em uma crise mais grave e sem a força política do padrinho, Dilma aparenta não ter ideia do que fazer para sair do buraco.

03/03/2015

Temer e a maldição de Jânio

Jânio Quadros não gostava de vices. Em 1985, prestes a voltar à Prefeitura de São Paulo, deixou claro que o companheiro de chapa não deveria se animar com o futuro: “Vice não tem função. Receberá uma sala e uma cadeira”.

Foi assim que a presidente Dilma Rousseff tratou Michel Temer desde que os dois subiram a rampa do Planalto pela primeira vez, em 2011. Fiador da aliança com o PMDB, o vice-presidente ficou esquecido em seu gabinete, num anexo do palácio.

Lula usou José Alencar para se aproximar do empresariado.* Chegou a nomeá-lo ministro da Defesa, em meio a uma crise com militares. Dilma preferiu mandar Temer para longe, em missões internacionais a milhares de quilômetros de Brasília.

Não recorreu ao vice nem para aproveitar seu conhecimento de direito constitucional. Teria evitado o desgaste de anunciar e desistir da constituinte exclusiva para a reforma política, sob críticas de juristas. Temer também foi preterido no loteamento na Esplanada. Dos atuais sete ministros do PMDB, só indicou Eliseu Padilha (Aviação Civil).

* Empresário do setor têxtil, o mineiro José Alencar era senador pelo antigo PL. Em 2002, aceitou ser vice de Lula para reduzir a resistência do mercado ao PT.

O isolamento aumentou no início do mês, quando os peemedebistas derrotaram o governo na disputa pela presidência da Câmara. E bateu recorde com as especulações sobre um processo de impeachment, que poderia alçar o vice à Presidência.

Agora Dilma é forçada a estender a bandeira branca ao PMDB, com direito a jantar de reconciliação e promessas de incluir Temer no núcleo político. O problema é que a balança de poder na sigla mudou. A bola passou para as mãos de Eduardo Cunha, que os petistas consideraram menos confiável do que o vice.

05/03/2015

Dilma na escuridão

“A luz no fim do túnel não está acesa.” A frase foi dita pela presidente Dilma Rousseff em 2012, quando dissertava sobre a crise internacional, mas poderia ser pronunciada hoje, diante da escuridão que assombra seu governo.

Na definição de um ministro do PMDB, o Planalto virou refém de um círculo vicioso: a economia empurra a política para baixo e vice-versa. Uma má notícia leva à outra, sem que a petista e seus aliados demonstrem capacidade para sair do breu.

O pessimismo na economia turbina a insatisfação com a presidente e enfraquece o governo nas negociações com o Congresso. Com a inflação alta, o dólar em disparada e a indústria demitindo, fica mais difícil convencer os parlamentares a aprovar medidas impopulares, como o corte de benefícios trabalhistas.

Nenhum senador ou deputado quer pagar a conta de um arrocho que já atinge o bolso do eleitor. Em fevereiro, a expectativa de inflação atingiu o maior índice desde 1994, segundo o Datafolha. A pesquisa foi feita antes do reajuste nas contas de luz, que ficam mais caras neste mês.

Por outro lado, os erros na articulação política e o clima de guerra com o PMDB dificultam a recuperação econômica. Foi o que demonstrou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao devolver uma medida provisória que ajudaria a Fazenda a reequilibrar as contas públicas.

O ceticismo dos investidores com o futuro do pacote de Joaquim Levy levou o dólar a atingir, nesta quarta-feira, a maior cotação desde 2004. A

divulgação da lista dos políticos investigados no petrolão só tende a agravar o quadro de insatisfação e imprevisibilidade no Congresso.

Para azar do governo, tudo isso acontece na mesma semana em que as agências de classificação de risco visitam Brasília para medir a viabilidade do ajuste de Levy. Se os avaliadores rebaixarem a nota de crédito do país, Dilma ficará ainda mais longe de sair do círculo vicioso e encontrar a luz que tanto procura.

10/03/2015

Devagar com o andor

Concordando ou não com os manifestantes, Dilma Rousseff deu motivo para as vaias, o buzinaço e as paneladas de domingo. A presidente mentiu na campanha, nomeou um ministério que envergonhou seus próprios eleitores e sumiu na hora das más notícias. Reapareceu com um pronunciamento fraco e palavroso, sem qualquer autocrítica sobre os erros do governo.

Em longos quinze minutos, Dilma repetiu a ladainha da “crise internacional”, recurso batido para se eximir de culpa pelos problemas. Abusou dos eufemismos ao chamar cortes duros de “correções e ajustes”. E avisou que vai “dividir o esforço” com a sociedade, sem ter feito sua parte para reduzir o gasto público.

Por fim, disse que “não havia como prever” a duração da crise. Nem parecia a candidata que, há poucos meses, negava a realidade e chamava de “Pessimildo” quem alertava para o descontrole nas contas públicas.

Pior que o discurso, só a escolha da data para ir à TV.* Na sexta-feira, a lista de Janot havia empurrado a bomba para o Congresso. Em apenas dois dias, Dilma trouxe-a de volta ao seu colo. O foco da crise voltou a ser ela, e não as acusações contra os presidentes da Câmara e do Senado.

A reação do PT ao painelão foi tão desastrosa quanto o pronunciamento. Um dirigente do partido falou em “orquestração golpista” da “burguesia” e

* Dilma escolheu o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para defender o ajuste fiscal e pedir paciência à população. Durante o discurso, a imprensa registrou vaias e painelões em doze capitais.

desqualificou os manifestantes, como se todos fossem marionetes da oposição. Quem estava insatisfeito e não foi à janela ganhou novo estímulo para sair de casa no dia 15.

Apesar da incrível sequência de erros, nada justifica a tentativa de direcionar os novos protestos para um processo de impeachment. Dilma acaba de ser reeleita nas urnas e ainda não há, segundo o ministro Teori Zavascki, “indícios mínimos” de que tenha entrado na farra do petróleo.

Afastar um presidente é coisa séria. Ainda mais quando estão na linha sucessória dois políticos suspeitos de receber propina do esquema que varreu os cofres da Petrobras.

18/03/2015

A presidente encolheu

A nova pesquisa Datafolha dá contornos ainda mais dramáticos à crise que engoliu o governo. Até aqui, Dilma Rousseff era uma presidente sitiada no Congresso e cercada por aliados em apuros com a Lava Jato. Agora ela enfrenta um problema maior: a rejeição da maioria dos brasileiros.

A presidente encolheu. A rejeição ao seu governo saltou para 62%, índice comparável ao de Collor às vésperas de ser derrubado. A aprovação do governo minguou para 13%.

As reações desencontradas aos protestos do último domingo sugerem que os ocupantes do Planalto estão atônitos e não têm ideia do que fazer para sair do buraco.

Essa tarefa se tornará ainda mais difícil com o novo recorde de impopularidade presidencial. O número de aliados dispostos a defender Dilma tende a diminuir, e os opositoristas ganharão novo fôlego para subir o tom na tribuna e nas ruas.

Um sinal disso já apareceu ontem, quando o tucano Aécio Neves endossou uma tentativa de pressionar o Supremo Tribunal Federal a investigar a presidente no petróleo.

O ministro Teori Zavascki arquivou o pedido original do PPS, mas a oposição indicou que passará a flertar com os setores que gritam pelo impeachment, mesmo sem a existência de provas contra Dilma.

No front interno, crescerá a pressão por soluções populistas, como desistir do ajuste fiscal ou torrar mais dinheiro em propaganda, o que já entrou nos planos da Secretaria de Comunicação Social.

Para sair da lona, a presidente precisará fazer mudanças efetivas e manter o sangue-frio diante de novas vaias e manifestações que se avizinham. Também é recomendável uma boa dose de sorte, que Dilma não tem exibido desde que se reelegeu.

Nelson Rodrigues dizia que sem sorte não se chupa nem um Chicabon: o sujeito pode engasgar com o palito ou ser atropelado pela carrocinha. A fria em que Dilma se meteu é muito pior que engasgar com um sorvete.

25/03/2015

PMDB 7 × 1 Dilma

O jogo político em Brasília tem lembrado a semifinal da Copa: toda vez que os alemães Renan Calheiros e Eduardo Cunha armam uma jogada, Dilma Rousseff encarna o goleiro canarinho e vai buscar a bola no fundo da rede.

A dupla de atacantes do PMDB está prestes a marcar mais um gol ao tirar da oposição oficial a bandeira do corte no número de ministérios.

A tabelinha começou na semana passada, quando a bancada do partido na Câmara desarmou uma proposta de emenda constitucional apresentada por Cunha. O texto estabelece um teto de vinte ministérios na Esplanada. Se aprovado, obrigará Dilma a fazer um corte brusco em sua equipe, hoje com 39 pastas.

Em um lance ensaiado, Renan saiu ontem em defesa da ideia: “Está na hora do programa Menos Ministérios. Vinte, no máximo. Menos cargos comissionados, menos desperdício e menos aparelhamento”.

Foi o suficiente para jogar Dilma de volta na defensiva. Horas depois, ela anunciou que o governo vai “fazer profundos cortes” e “buscar ineficiência” [sic] em todos os ministérios, mas sem falar em enxugamento.

Mais uma vez, a presidente deve ser atropelada pelo Congresso. A proposta de Cunha pode ser votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Se aprovada, causará forte desgaste político ao governo.

Os 39 ministérios de Dilma são um claro absurdo. O curioso é ver o PMDB em campanha por sua redução. O partido se notabilizou por pressionar todos os

governos, inclusive o atual, para obter mais cargos e orçamentos na Esplanada. Neste momento, atua nos bastidores para arrancar a Integração Nacional do PP.

Se seu time estivesse forte, Dilma poderia instar os peemedebistas a dar o exemplo, devolvendo as seis pastas que controla: Minas e Energia, Agricultura, Turismo, Pesca, Transporte, Portos e Aviação Civil e Assuntos Estratégicos. Na partida atual, é mais provável que a presidente acabe assistindo a mais um gol da Alemanha.

08/04/2015

Aposta arriscada

Pode ser que a aposta dê certo, e a entrega da articulação política a Michel Temer ajude a tirar Dilma Rousseff e seu governo do buraco. No entanto, a solução improvisada ontem pode se transformar em uma perigosa armadilha para a presidente e para seu vice.

De um lado, Temer assumirá a responsabilidade pelas negociações com um Congresso conflagrado, que vem submetendo o Planalto a sucessivas e humilhantes derrotas. O maior problema está no PMDB, convertido desde o início do ano em um foco de guerrilha contra o governo.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, têm se comportado como líderes da oposição. Se os dois não suspenderem o motim, a autoridade do vice poderá ser gravemente comprometida. Ele perderá poder em seu partido, que já não controla há tempos, e começará a ser associado aos fracassos de Dilma.

Há outros desafios. Apesar de seu talento para a conciliação, Temer comandará um balcão esvaziado pela crise e pelo ajuste fiscal. Precisarás de muita lábia para fechar acordos sem saciar todo o apetite dos parlamentares por cargos e verbas federais.

De quebra, terá que administrar a rivalidade com o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Isolado no PT e odiado pelo PMDB, o ministro está a um passo de se transformar em peça decorativa do palácio. Seu histórico e suas ambições sugerem que ele não vai se render sem lutar.

O arranjo de ontem também embute riscos consideráveis para Dilma. Por definição, todo vice se alimenta da expectativa de substituir o titular. Este

é o principal atrativo do cargo, disputado a tapa antes de cada eleição. Nos últimos meses, isso passou a ser visto como uma possibilidade real diante do derretimento da popularidade da presidente.

Se conseguir pacificar o Congresso, Temer vai se transformar em um supervice. Assim, passará a lidar diariamente com a tentação de exercer o poder sem intermediários.

16/04/2015

O PT esqueceu a lição de Carlito

Quando a esquerda começa a contar dinheiro, converte-se em direita. A frase do publicitário Carlito Maia (1924-2002), um dos fundadores do PT, foi lembrada ontem no Congresso. Resumia o desalento de um deputado com a prisão de João Vaccari, acusado de abastecer campanhas com propinas do petróleo.

Todo partido precisa juntar dinheiro para disputar eleições. O desafio é não deixar que a arrecadação se torne um fim em si, a ponto de justificar a aplicação de todos os meios para aumentá-la. A prisão do segundo tesoureiro em dois anos sugere que o PT esqueceu a lição de Carlito.

A sigla pode ter se transformado em outra coisa, mas não avisou os eleitores. Continua a pedir votos com o discurso da época em que financiava campanhas com a venda de broches de estrelinha. Não cola mais.

Vaccari é uma espécie de Forrest Gump do petróleo. A cada vez que um réu decide falar, ele volta a ser ligado ao escândalo. Sua prisão era questão de tempo. O PT sabia disso, mas insistiu em mantê-lo no cargo.

Ontem persistiu no erro ao tratá-lo como vítima. Seu líder na Câmara, que acusou a CIA de tramar os protestos contra o governo, disse que a detenção foi “política”. Com defensores assim, será difícil sair da lona.

A ordem agora é tentar isolar a ação de Vaccari das campanhas de Dilma Rousseff, que tinham seu próprio tesoureiro. É uma tese de difícil sustentação. No ano passado, mais de 30 milhões de reais gastos na disputa presidencial saíram da direção nacional da sigla. Desse valor, 4,8 milhões foram doados por Andrade Gutierrez, Odebrecht e Braskem, empresas citadas na Lava Jato.

Investigado na Lava Jato, o deputado Eduardo Cunha emplacou ontem um de seus advogados no conselho que fiscaliza a atuação do Ministério Público. Quem se interessa pela independência do órgão precisará fiscalizar a atuação do conselheiro Gustavo do Vale Rocha.*

09/06/2015

A mensagem de Tarso

O encontro desta semana em Salvador promete abrir a panela de pressão do PT. A reunião do partido dará voz e palanque aos insatisfeitos com o ajuste fiscal. Um dos mais descontentes é o ex-ministro Tarso Genro, que sonha com uma guinada na política econômica.

Líder da corrente Mensagem ao Partido, ele defende uma saída à esquerda para a crise. “Um governo progressista e democrático como o nosso deveria distribuir os ônus da recuperação da economia, e não concentrá-los, prejudicando saúde, educação e segurança”, afirma.

Na cartilha de Tarso, os cortes dariam espaço à tributação de grandes fortunas e à redução do Imposto de Renda para os mais pobres. “Sair de uma crise com ‘ajustes orçamentários’ é uma ilusão recorrente da ortodoxia que manda nos bancos centrais de países fortes”, critica, citando os casos da Espanha e da Grécia.

A presidente Dilma Rousseff já ensaiou uma “vacina” contra as críticas ao afirmar à repórter Tânia Monteiro que o PT não pode transformar o ministro Joaquim Levy em “Judas”.

“Acho que ela está certa. O Levy não merece ser apontado como Judas porque ele não está traindo nenhuma convicção sua. E um ministro faz o que o presidente manda ou aceita que ele faça”, reage Tarso.

Para o ex-governador, o governo deveria enfrentar a crise “sem usar os remédios que vão, na verdade, torná-la mais duradoura”. “Não precisamos nos apoiar em Marx, basta prestar atenção no Piketty”, provoca.

* O advogado de Cunha era um ilustre desconhecido em 2015. Um ano depois, ele se tornaria o principal assessor jurídico do governo Michel Temer, como subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Os petistas também devem usar o encontro para reclamar dos superpoderes dados ao vice Michel Temer. Nesse ponto, Tarso é radical: diz que o arranjo com o PMDB “não serve mais”, diante da “situação de alta complexidade” que vive o governo.

“O PMDB tem zero de unidade ideológica e programática para comandar uma coalizão”, critica. “Se o PT não refundar imediatamente seu sistema de alianças, dificilmente terá credibilidade para se apresentar com força política em 2018.”

10/06/2015

O vice na frigideira

Está esquentando cada vez mais o clima entre o grupo de Michel Temer e o PT. Os peemedebistas já diziam sentir um forte cheiro de óleo no Planalto. Nesta terça, decidiram protestar abertamente contra a fritura do vice-presidente.

O ex-ministro Moreira Franco afirma que Temer virou alvo de um “movimento de hostilidade” no governo. Ele se irritou com o petista Tarso Genro, que disse a esta coluna que o arranjo político com o partido do vice “não serve mais”.

“Isso nos causou muita surpresa e indignação”, diz Moreira. “Não sei qual é o objetivo desse pessoal. Temer foi convidado para assumir a coordenação política do governo. Em vez de celebrar os resultados que ele já conseguiu, estão tentando hostilizá-lo e diminuir o seu papel.”

Presidente da fundação de estudos do PMDB, Moreira se diz revoltado com outra declaração de Tarso: a de que seu partido “tem zero de unidade ideológica e programática para comandar uma coalizão”.

“O PMDB sempre foi coerente. Apoiamos todas as medidas de equilíbrio fiscal nos últimos anos, do Plano Real à criação do fator previdenciário. Quem mudou e rasgou suas posições do passado não fomos nós”, reage o peemedebista.

Apesar das críticas a Tarso, os peemedebistas consideram que o verdadeiro rival de Temer é o ministro Aloizio Mercadante. Desde que o vice ganhou superpoderes, o chefe da Casa Civil se sente esvaziado no palácio. A disputa vai continuar. Como a presidente Dilma lembrou nesta terça, “o governo não é de quatro meses, é de quatro anos”.